



CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ 03.546.261/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comité de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. No exercício de 2023, a Seguradora atingiu prêmio emitidos líquidos de R\$ 1.658,4 milhões, um aumento de 44% comparado ao mesmo período do ano anterior, e prêmios ganhos de R\$ 1.185,1 milhões. O lucro líquido no exercício atingiu R\$ 63,3 milhões. Os ativos totais alcançaram R\$ 2,9 bilhões, representando um aumento de 37% comparado com os ativos totais no fim do exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora possui R\$ 1.081,9 milhões em ativos sob gestão e

desse montante, cerca de 12% estão alocados em ativos denominados "Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG)", reiterando seu compromisso com os requisitos de sustentabilidade. Para além dos investimentos, a Seguradora busca gerar impactos positivos no planeta e na sociedade como elemento estratégico no desenvolvimento e gestão de seus negócios, atuando em cinco pilares: seguros acessíveis, finanças sustentáveis, diversidade e inclusão, ética e transparência e responsabilidade socioambiental. A Seguradora tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em reservas distribuíveis de exercícios anteriores, no entanto, os acionistas detêm poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros

A seguradora para um mundo em mudança

e reservas, observados os limites do estatuto social e da legislação societária vigente. Para o ano de 2024, espera-se a solidez financeira e as expectativas para a economia e para o setor, a rentabilidade tende a estar em linha com o projetado, permitindo que a Seguradora continue honrando com os compromissos com todos os seus interlocutores e entregando a rentabilidade esperada pelos seus acionistas. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2024
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		1.188.124	998.855
Caixa e Equivalente de Caixa		1.705	2.079
Caixa e bancos		1.705	2.079
Aplicações Financeiras	5	457.182	444.858
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	6	244.885	148.284
Prêmios a receber		208.030	133.459
Operações com seguradoras		20.692	6.481
Operações com resseguradoras		2.420	-
Outros créditos operacionais		13.743	8.344
Ativos de Resseguro e Retrocessão		1	1
Títulos e Créditos a Receber	7	53.513	51.266
Títulos e créditos a receber	7.a	3.103	3.861
Créditos tributários e previdenciários	7.b	26.344	28.322
Outros créditos	7.a	24.066	18.873
Despesas Antecipadas		1.061	17
Administrativas	8	1.061	17
Custos de Aquisição Diferidos	9	429.777	352.350
Seguros		429.777	352.350
Ativo não Circulante		1.681.370	1.093.451
Realizável a Longo Prazo		1.321.332	1.022.025
Aplicações Financeiras	5	624.674	542.768
Títulos e Créditos a Receber	7	19.509	17.059
Créditos tributários e previdenciários	7.b	19.509	17.059
Outros Valores e Bens		26.315	28.832
Ativos de direito de uso	14	26.315	28.832
Empréstimos e Depósitos Compulsórios		14	14
Depósitos compulsórios		14	14
Custos de Aquisição Diferidos	9	650.820	433.352
Seguros		650.820	433.352
Imobilizado	10	4.901	5.771
Bens móveis		4.901	5.771
Intangível	11	355.137	65.655
Outros intangíveis		355.137	65.655
Total do Ativo		2.869.494	2.092.306

PASSIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		1.094.902	865.827
Contas a Pagar		65.703	67.642
Obrigações a pagar	12	45.639	50.114
Impostos e encargos sociais a recolher		6.796	5.312
Encargos trabalhistas		3.775	3.960
Impostos e contribuições		9.317	8.072
Outras contas a pagar		176	184
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	13	236.285	146.109
Prêmios a restituir		9.097	9.300
Operações com seguradoras		31.585	20.429
Operações com resseguradoras		3.190	744
Corretores de seguros e resseguros		95.947	52.447
Outros débitos operacionais		96.466	63.189
Depósitos de Terceiros	14	10.741	4.688
Depósitos de terceiros		10.741	4.688
Provisões Técnicas - Seguros Pessoas	16	774.232	640.882
Provisão de prêmios não ganhos		723.340	596.182
Provisão de sinistros a liquidar		24.067	19.646
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		22.400	20.665
Provisão de despesas relacionadas		4.425	4.389
Outros Débitos		7.941	6.506
Passivos de arrendamento	15	7.941	6.506
Passivo não Circulante		1.129.334	785.559
Exigível a Longo Prazo		1.129.334	785.559
Contas a Pagar	7	2.457	447
Tributos diferidos	7.b	2.457	447
Provisões Técnicas - Seguros Pessoas	16	1.090.283	744.169
Provisão de prêmios não ganhos		1.090.283	744.169
Outros Débitos		36.594	41.042
Provisões judiciais	22	9.338	9.494
Passivos de arrendamento	15	27.256	31.548
Patrimônio Líquido	17	645.258	440.821
Capital Social		486.662	359.451
Reserva de lucros		155.694	89.740
Ajuste de avaliação patrimonial		2.902	(8.370)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.869.494	2.092.306

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios por ação)

	Reserva de Lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outras Reservas de Lucros	Ajuste TVM		
Saldo Final em 31 de dezembro de 2021	359.451	41.283	6.068	(9.943)	(9.350)	388.509	
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	74.162	74.162	
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	980	980	
Reserva Legal	-	3.708	-	-	(3.708)	-	
Destinação da Reserva de Lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2022 (nota 17.c)	-	-	(5.217)	-	-	(5.217)	
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	52.841	-	(52.841)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,056 por ação)	-	-	-	-	(17.613)	(17.613)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	359.451	44.991	53.692	(8.943)	(8.370)	440.821	
Aumento de Capital - Portaria CGRAJ/SUSEP N° 1.821	127.211	-	-	-	-	127.211	
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	63.395	63.395	
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	11.272	11.272	
Reserva Legal	-	3.170	-	-	(3.170)	-	
Capitalização de dividendos a pagar de exercício anterior, conforme AGE de 06/06/2023	-	-	17.614	-	-	17.614	
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	45.170	-	(45.170)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,0364 por ação)	-	-	-	-	(15.055)	(15.055)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	486.662	48.161	116.476	(8.943)	2.902	645.258	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, do Grupo BNP Paribas Cardif. Está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, inscrita no CNPJ nº 03.546.261/0001-08. A Cardif Assurances Risques Divers, ambas com sede na França, A Companhia controladora direta da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. é a BNP Paribas Cardif e o controlador em última instância é o BNP Paribas. A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. tem como objeto social a realização de operações de seguros de pessoas em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos nos seguintes ramos: acidentes pessoais coletivos, auxílio funeral (coletivo e individual), desemprego/perda de renda (coletivo e individual), eventos aleatórios (coletivo e individual), prestamista (coletivo e individual) e vida em grupo. Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2024.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão sintetizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1 Base de preparação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que consideram os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados a valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores define critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios Não Ganhos Relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotadas pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.12.1. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). A moeda funcional a qual a Seguradora utiliza na preparação das Demonstrações Financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionados, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado, são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no Patrimônio Líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Os ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como circulante ou não circulante, observando as datas de vencimento dos ativos. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reversão e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido perdidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido significativamente todos os riscos e benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro", líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no Patrimônio Líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** **a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individualmente em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia no final de cada período de apresentação das Demonstrações Financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo a liquidar o passivo simultaneamente. **2.5 Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos federais (LTNs, LFTs e NTNs), e títulos privados (LFs e debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a data de vencimento dos ativos financeiros e a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente, para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e

não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Seguradora. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que se referem a despesas relativas a competências futuras, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando em função de sua realização. **2.7 Arrendamentos:** A Seguradora possui contratos de arrendamento de laje corporativa, onde mantém área administrativa e operacional, pelo prazo de 10 anos, e contratos de arrendamento de veículos cujo prazo médio contratual é de 36 meses. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantias de empréstimos. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso da Seguradora. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos; • Pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de índice ou de taxa. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no contrato de arrendamento. A Seguradora está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice de taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento, até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamento baseados em um índice de taxa ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida no ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamento feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • Quaisquer custos de início e • Custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Seguradora estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativo de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI. As opções de prorrogação e extinção para o arrendamento do imóvel serão avaliada quando da proximidade ao término do contrato, e para os arrendamentos de veículos a Seguradora não tem a intenção de prorrogar o contrato ou extinguir antes do término. **2.8 Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.9 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É residual de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade geradora de benefícios econômicos futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos durante o período de vigência do contrato. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seu mecanismo de proteção é amortizado levando em consideração benefícios econômicos esperados. • Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos internamente, que são amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de "impairment" anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.10 Custos de aquisição diferidos (CAD):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguro de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. O CAD é considerado no teste de adequação dos passivos de seguro, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11 e com base nas determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. **2.11 Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus certificados e/ou bilhetes emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco de seguro" a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. **Prêmios de seguro:** Os prêmios de seguro são reconhecidos no resultado quando da emissão dos certificados e/ou bilhetes, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com seu período de vigência. A Administração utiliza como prática estimativas atuariais de prêmios e comissões relativas a riscos vigentes e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem. **2.12 Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro:** **2.12.1 Passivos de contratos de seguro:** **a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecendo os seguintes critérios: o cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por certificado e/ou bilhete ou endossos representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e considera: (i) o período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; e (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata* dié, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da *pro rata* e a data fim de vigência do risco. **b) Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE):** É constituída quando os certificados e/ou bilhetes de seguro não tiveram suas emissões realizadas no mesmo mês em que iniciaram suas vigências, mas em meses posteriores. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento das emissões, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off*. **c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de consócio aceite, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de consócio cedido, obedecendo os seguintes critérios: (i) a provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado; (ii) a provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) havendo a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. **d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de consócio aceite, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de consócio cedido. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off*. **e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Essa provisão deverá abarcar todos as despesas relacionadas à liquidação de indenizações, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off*. **f) Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação dos passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. De acordo com o teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição dessa provisão. **2.12.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** A Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores requer que as Seguradoras enquadradas nos segmentos S1, S2 e S3 elaborem o Teste de Adequação de Passivos (TAP) nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos e certificados, utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. A análise é utilizada para demonstrar que caso o valor contábil dos passivos de seguro (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e ativos intangíveis no resultado) for inferior aos fluxos de caixa futuros esperados, deverá ser contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada. Em 31 de dezembro de 2023, tal teste foi

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
Operações de Seguros	</		



CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ 03.546.261/0001-08

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2023
(Em milhares de reais)

marcação a informado do custodiante; (ii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. **b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguro:** A constituição de passivos de seguro é o componente que a Seguradora considera na avaliação e utiliza estimativa. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar, para isso a Seguradora se utiliza de todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários da Seguradora para definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurador já tenha ocorrido, consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. **c) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências civis e trabalhistas:** O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração o julgamento da assessoria jurídica de especialistas nas áreas e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. **d) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros:** A Seguradora aplica as regras de impairment para créditos significativos de acordo com o procedimento estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber. **e) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Seguradora, e estudo técnico de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Introdução: A Seguradora está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos e controles internos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários e ferramentas. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O processo de gerenciamento de riscos inerente às atividades de modo integrado ao negócio, dentro da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), com a participação de todas as camadas e linhas de defesas que fazem parte do escopo da Governança Corporativa, abrangendo desde a Alta Administração até às diversas áreas de negócios, conforme previsto na Resolução CNSP 416/2021 e alterações posteriores. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A Gestão de Riscos na Seguradora, se divide em gestão de riscos qualitativos e gestão de riscos quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permita a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. Por fim, para assegurar a eficácia no Gerenciamento de Riscos, a Seguradora conta também com Conselho de Administração, Comitê de Riscos e Comitê de Auditoria. **a) Risco de subscrição:** A gestão de riscos de seguro objetiva o acompanhamento constante dos resultados de cada produto comercializado, sempre visando à manutenção e o equilíbrio técnico atuarial dos produtos e, sobretudo, da solvência da Seguradora. Esse constante acompanhamento permite não só corrigir possíveis desvios na sinistralidade, mas também adequar os prêmios de seguro de cada produto para que sejam mais competitivos frente à concorrência. O risco baseado em um contrato de seguro resulta de um acordo mantido entre a Seguradora e o tomador do seguro, sendo que a Seguradora recebe do tomador o prêmio correspondente ao risco que é transferido para a Seguradora, que concorda em compensar o tomador, segurando o beneficiário, através de pagamentos em forma de indenização, quando da ocorrência de um acontecimento que afete adversamente o tomador, segurador ou beneficiário. Considerando que os contratos de seguro são adequadamente precificados através de modelos estatísticos, o risco transferido para a Seguradora é o de que os sinistros avisados excedam o valor esperado/provisionado. Isso ocorre em função da frequência e/ou da severidade dos sinistros. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora possui contrato de Resseguro Proporcional (Excedente de Responsabilidades) com a Resseguradora Munich Re para as seguintes coberturas: Morte Qualquer Causa (MCC), Morte Acidental (MA) e Invalidez Permanente. Os valores de prêmios de resseguro representam menos de 0,2% do prêmio em 2022. A Munich Re é classificada como resseguradora local e apresenta o rating AA-, Aa3 e A+, conforme as principais agências de classificação de risco. **Estratégia de subscrição:** A subscrição é o processo de decisão quanto à aceitação ou rejeição do risco pela Seguradora, também conhecido como "underwriting" ou análise de risco. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar a balanceamento da carteira e pode se basear no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida através da política interna de subscrição por tipo de cobertura comercializada definida pela Matriz (Matriz da Seguradora Cardif, situada na França) e que define as práticas permitidas ou excluídas por tipo de risco e tipo de produto, as regras de aceitação, riscos cobertos e excluídos, limites de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenziáveis, os períodos de carência, franquias aplicáveis, custos de distribuição e demais orientações. Existe uma "Global Guideline" para cada cobertura comercializada. **Exposição de risco individual:** A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco por contrato de seguro para os segmentos do ramo de seguros em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ramo	(Importância segura) Exposição máxima ao risco 31/12/2023	(Importância segura) Exposição máxima ao risco 31/12/2022
Auxílio funeral (coletivo)	R\$ 100	R\$ 100
Prestamista (coletivo)	R\$ 375	R\$ 375
Acidentes pessoais coletivo	R\$ 375	R\$ 375
Doenças Graves ou Doença Terminal	R\$ 100	R\$ 100
Desemprego/perda de renda (coletivo)	R\$ 288	R\$ 271
Eventos aleatórios (coletivo)	R\$ 543	R\$ 543
Vida em grupo	R\$ 375	R\$ 375
Auxílio funeral (individual)	R\$ 100	R\$ 100
Prestamista (individual)	R\$ 100	R\$ 100
Doenças Graves ou Doença Terminal	R\$ 100	R\$ 100
Desemprego/perda de renda (individual)	R\$ 100	R\$ 100
Eventos aleatórios (individual)	R\$ 100	R\$ 100
Microseguros de pessoas	R\$ 100	R\$ 100

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios: O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São considerados os seguintes fatores de monitoramento: **a)** nível de sensibilidade; **(ii)** verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); **(iii)** casamento de ativos e passivos. Além disso, o TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. O risco de seguro de pessoas resulta de: • Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas; • Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e • Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. A natureza dos seguros subscritos é de média duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de prática e procedimentos. A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguro de vida: • Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode ser refletir aos segurados que vivem mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto; • Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado; e • O seguro de acidentes inclui, entre outros, riscos de mortalidade, morbidade e taxa de juros resultantes dos contratos de seguro de acidentes e saúde. A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguro de pessoas: • Acidentes pessoais: garante o pagamento de uma indenização correspondente ao capital segurado contratado, em caso de morte ou invalidez permanente total do segurado; • Doenças graves e renda hospitalar: assegura ao beneficiário, respectivamente, o pagamento de uma indenização em caso de doenças cobertas pelo seguro e um valor diário fixo, referente a cada dia de internação hospitalar; • Vida: garante ao segurado ou beneficiário o pagamento de uma indenização correspondente ao capital segurado contratado, em caso de morte ou invalidez total permanente; e • Proteção financeira: garante a liquidação do financiamento obtido pelo segurado, em casos de desemprego voluntário, incapacidade física total temporária, falência pessoal e invalidez total e permanente por acidente de obra. Determinados contratos de seguro de vida contam garantias para a família em situações desastrosas referentes a benefícios adicionais e garantias mínimas. Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados como se segue: • Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro; e • O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. **Resultados do teste de sensibilidade:** Os resultados do teste de sensibilidade abaixo demonstrados representam o impacto em uma base razoável de mudança esperada das premissas atuariais.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade
Taxa de juros e retorno de investimento	O impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ± 2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em relação ao retorno de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros fixos utilizados como respatio.	2%	-2%	10%
Índices de sinistralidade	O impacto de uma mudança na taxa de sinistralidade de 10% sobre a taxa atual.			
Sensibilidade em 31 de dezembro de 2023				
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições		19.076	(19.192)	(12.081)
Impacto sobre o Patrimônio Líquido		11.446	(11.515)	(7.249)
Sensibilidade em 31 de dezembro de 2022				
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições		18.729	(18.844)	(9.594)
Impacto sobre o Patrimônio Líquido		11.238	(11.306)	(5.756)

(1) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de -10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima. **Limitações da análise de sensibilidade:** Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as demais premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de riscos visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração da Seguradora de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa. **Concentração de riscos:** O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos podem ocorrer efetivamente e ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios emitidos líquidos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total R\$ mil
Prestamista	583.345	185.533	204.407	76.208	450.589	1.500.082
Vida	32.737	11.026	12.244	4.547	27.752	88.306
Auxílio funeral	11.256	3.522	3.956	1.487	7.694	27.915
Acidentes pessoais coletivo	11.533	3.921	4.338	1.619	9.081	30.492
Eventos aleatórios	1.197	414	476	179	758	3.024
Outros	8.249	76	85	31	167	8.608
Total	648.317	204.492	225.506	84.071	496.041	1.658.427
Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total R\$ mil
Prestamista	465.217	147.850	166.295	61.919	103.257	944.538
Vida	56.742	18.000	20.403	7.538	12.564	115.247
Auxílio funeral	23.907	7.646	8.594	3.170	5.277	48.594
Acidentes pessoais coletivo	16.576	5.152	5.793	2.149	3.583	32.833
Eventos aleatórios	4.276	1.366	1.538	567	944	8.691
Outros	1.398	447	505	185	307	2.242
Total	567.696	180.461	203.128	75.528	125.932	1.152.745

b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguro da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo segurado. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por rating de crédito, divulgados por agências renomadas de rating (Standard & Poors, Fitch Ratings e Moody's). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

	Composição da carteira por categoria contábil em 31 de dezembro de 2023					Sem Saldo rating consolidado
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	
Caixa e equivalentes de caixa	1.705	-	-	-	-	1.705
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	290.502
Títulos de renda fixa privados	100.102	30.032	48.377	42.877	8.482	229.870
Títulos de renda fixa públicos	561.484	-	-	-	-	561.484
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	208.030
Exposição máxima ao risco de crédito	663.291	30.032	48.377	42.877	8.482	1.291.591
	Composição da carteira por categoria contábil em 31 de dezembro de 2022					Sem Saldo rating consolidado
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	
Caixa e equivalentes de caixa	1.790	-	289	-	-	2.079
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	289.605
Títulos de renda fixa privados	31.242	-	27.375	-	-	58.617
Títulos de renda fixa públicos	639.404	-	-	-	-	639.404
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	133.459
Exposição máxima ao risco de crédito	672.436	-	27.664	-	-	1.123.164

	Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2023						
	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Caixa e equivalentes de caixa	1.705	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	290.502
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda fixa privados	-	6.735	5.135	16.702	154.043	47.255	229.870
Títulos de renda fixa públicos	-	-	132.719	5.389	121.286	302.090	561.484
Créditos das operações com seguros e resseguros	208.030	-	-	-	-	-	208.030
Prêmios a receber de seguros	208.030	-	-	-	-	-	-
Operações com seguradoras	20.692	-	-	-	-	-	-
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	1.080.597
Total dos ativos financeiros	230.427	6.735	137.854	22.091	275.329	349.345	1.080.597
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	1.864.515
Passivos financeiros	45.639	-	-	-	-	-	45.639
Obrigações a pagar	16.113	-	-	-	-	-	-
Impostos, contribuições e encargos sociais	236.285	-	-	-	-	-	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.775	-	-	-	-	-	-
Encargos trabalhistas	9.758	981	-	2	-	-	-
Depósitos de terceiros	1.914	1.963	2.009	2.055	8.634	18.622	-
Passivos de Arrendamento	-	-	-	-	-	-	35.197
Total dos passivos financeiros	313.484	2.944	2.009	2.057	8.634	18.622	1.864.515
Total	176.965	110.571	7.423	2.313	202.571	340.197	1.075.307
							1.915.347
							1.385.051

	Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2022						
	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Caixa e equivalentes de caixa	2.079	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	289.605
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda fixa privados	18.596	24.813	392	2.313	8.707	3.796	58.617
Títulos de renda fixa públicos	16.350	85.758	7.031	-	193.864	336.401	639.404
Créditos das operações com seguros e resseguros	133.459	6.481	-	-	-	-	133.459
Prêmios a receber de seguros	133.459	-	-	-	-	-	-
Operações com seguradoras	6.481	-	-	-	-	-	-
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	785.702
Total dos ativos financeiros	176.965	110.571	7.423	2.313	202.571	340.197	1.075.307
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	1.385.051
Passivos financeiros	50.114	-	-	-	-	-	50.114
Obrigações a pagar	13.384	-	-	-	-	-	-
Impostos, contribuições e encargos sociais	146.109	-	-	-	-	-	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.960	-	-	-	-	-	-
Encargos trabalhistas	4.293	46	93	256	-	-	-
Depósitos de terceiros	1.582	1.608	1.643	1.673	14.550	16.997	-
Passivos de Arrendamento	-	-	-	-	-	-	38.054
Total dos passivos financeiros	219.442	1.654	1.736	1.929	14.550	16.997	1.385.051

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. **d) Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos preços de instrumentos financeiros. Sua definição abrange, principalmente, o risco de variação das expectativas de taxas de juros e de indicadores macroeconômicos, tais como inflação, câmbio, entre outros. A gestão de risco de mercado é baseada na aplicação periódica de metodologias amplamente difundidas, tais como Value at Risk e Duration, e que são usadas para observar a intensidade dessas flutuações, bem como adequá-las ao apetite de risco da Seguradora. **e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão de risco operacional. **f) Gestão de capital:** A gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (CMR). Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, o CMR para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa

Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado (ii)	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil	% Categoria	Valor de referência (i)	Ajuste da avaliação a mercado
Quotas de fundos de investimentos abertos	290.502	-	-	-	290.502	27%	290.502	-
Títulos disponíveis para venda	-							



A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ 03.546.261/0001-08

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2023
(Em milhares de reais)

11	INTANGÍVEL				
O intangível representa as aplicações com o desenvolvimento de softwares internos que são amortizados a taxa 20% a.a. levando em consideração seu período de utilização e os contratos de exclusividade de venda de seguros que são amortizados considerando a expectativa de geração de lucros esperados durante a vigência do contrato, considerando os estudos técnicos elaborados pela Administração da Seguradora, projeções orçamentárias e indicadores econômicos financeiros.					
		Amortização		Baixa do	
	31/12/2022	Aquisições	do período	Impairment	31/12/2023
Desenvolvimento de sistemas de computação	17.454	15.690	(8.689)	-	24.455
Contrato de exclusividade na venda de seguros	48.201	329.184 ⁽¹⁾	(47.410)	(19.152)	19.859 ⁽²⁾
	65.655	344.874	(47.410)	(27.841)	19.859
					355.137

(1) Celebração de novos acordos de exclusividade para comercialização dos produtos, cujas vigências variam de 10 a 20 anos. (2) Distrato antecipado do acordo de exclusividade cujo encerramento da vigência estava previsto para 2025.

12	OBRIGAÇÕES A PAGAR	
As obrigações a pagar apresentam a seguinte composição:		
	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	23.274	25.223
Participação nos lucros a pagar	7.309	7.278
Dividendos a pagar (*)	15.056	17.613
Total	45.639	50.114

(*) Dividendos mínimos obrigatórios conforme previsto no Estatuto da Seguradora (Nota 17.c).

13	DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	
	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios a restituir	9.096	9.300
Operações com seguradoras (**)	31.585	20.429
Operações com resseguradoras	3.190	744
Corretores de seguros e resseguros (*)	95.347	52.447
Agentes e correspondentes (*)	36.250	26.371
Participação de lucros (profit sharing) (*)	60.216	36.818
Total	236.285	146.109

(*) Os saldos de comissão de corretagem, agenciamento, pró-labore e participação de lucros (profit sharing) a pagar são calculados de acordo com os contratos comerciais. (**) Representam saldos relacionados às operações de cosseguro cedido.

16 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS

a) Composição das provisões técnicas:	
Ramo	
Prestamista	
Vida	
Auxílio funeral	
Acidentes pessoais coletivo	
Eventos aleatórios	
Desemprego/ Perda de Renda	
Outros	
Total	
Circulante	
Não Circulante	

(a) O saldo da Provisão técnica PPNP contempla R\$ 181.280 (R\$ 119.317 em 31 de dezembro de 2022) de Provisão de Prêmios Não Ganhos dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). (b) O saldo de PSL contempla ajustes de IBNeR (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) no montante de R\$ 5.249 (R\$ 5.013 em 31 de dezembro de 2022).

b) Movimentação das provisões técnicas:	
Saldo inicial	
Constituição	
Apropriação/Reversão	
Pagamentos	
Saldo final	

c) Garantia das provisões técnicas de seguros: Estão vinculados para cobertura das provisões técnicas os seguintes ativos:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
No final do ano de divulgação	22.923	28.520	29.633	41.025	42.902	61.089	65.105	81.241	101.888	122.002	108.619	97.884	109.199	108.336	129.539	159.306	88.064	102.826	
Até 1 ano depois	26.727	31.512	35.718	47.760	48.120	72.326	80.785	99.895	124.848	143.966	127.918	108.893	116.872	122.880	140.234	174.868	101.746	-	
Até 2 anos depois	27.219	31.904	35.479	50.057	49.554	73.204	81.630	101.785	126.973	142.774	129.823	111.326	118.755	126.917	143.948	178.372	-	-	
Até 3 anos depois	27.370	31.968	35.985	50.659	50.517	73.794	82.331	102.873	128.935	144.072	131.249	111.101	121.277	129.589	145.895	-	-	-	
Até 4 anos depois	26.920	32.196	36.310	51.310	50.776	74.193	83.279	104.267	130.807	145.140	132.174	111.252	123.247	131.089	-	-	-	-	
Até 5 anos depois	27.126	32.144	36.479	51.624	51.003	74.515	83.746	105.416	131.435	145.563	132.625	111.857	123.824	-	-	-	-	-	
Até 6 anos depois	27.369	32.255	36.614	51.821	51.209	74.813	84.690	105.772	131.881	146.072	133.338	112.551	-	-	-	-	-	-	
Até 7 anos depois	27.273	32.314	36.745	51.966	51.641	75.421	84.724	105.957	131.952	146.161	133.789	-	-	-	-	-	-	-	
Até 8 anos depois	27.560	33.187	36.781	52.254	51.839	75.519	84.813	106.388	132.398	146.253	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 9 anos depois	27.544	32.720	37.329	52.536	52.059	75.645	85.214	106.676	132.783	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 10 anos depois	27.605	33.064	38.240	52.289	52.021	75.627	85.613	106.849	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 11 anos depois	27.615	32.857	38.519	52.583	52.069	75.715	85.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 12 anos depois	27.686	32.848	38.261	52.333	52.050	75.807	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 13 anos depois	27.881	32.861	37.718	52.424	52.112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 14 anos depois	27.864	32.879	37.757	52.520	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 15 anos depois	27.879	33.071	37.808	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 16 anos depois	28.039	33.115	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 17 anos depois	28.054	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	28.054	33.115	37.808	52.520	52.112	75.807	85.798	106.849	132.783	146.253	133.789	112.551	123.824	131.089	145.895	178.372	101.746	102.826	
Pagamentos acumulados	27.861	32.821	37.784	52.510	52.062	75.674	85.280	106.327	131.571	145.708	132.841	111.152	121.280	128.001	143.178	176.554	100.111	91.160	1.751.875
Ajuste da PSL (IBNeR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.249)
Passivo reconhecido	193	294	24	10	50	133	518	522	1.212	545	948	1.399	2.544	3.088	2.717	1.818	1.635	11.666	24.067

e) Teste de Adequação dos Passivos (TAP): O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores demonstrou suficiência na adequação dos passivos, não sendo necessária a constituição de qualquer provisão complementar de cobertura.

17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
a) Composição do capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social da Seguradora totaliza R\$ 486.662 (R\$ 359.451 em 31 de dezembro de 2022), subscritos e integralizados, divididos em 413.778.882 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2023, os acionistas deliberaram, entre outros assuntos, o aumento de capital de R\$ 127.211 divididos em 98.071.220 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal aproximado de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos) cada uma, que foram subscritas pelos acionistas em junho de 2023. b) Reservas de Lucros: A Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2023 é composta por R\$ 48.161 referente à Reserva Legal (R\$ 44.991 em 31 de dezembro de 2022), R\$ 116.476 de reserva estatutária de retenção de lucros (R\$ 53.692 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 8.943 de Outras Reservas de Lucros (R\$ 8.943 em 31 de dezembro de 2022). c) Dividendos: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2023, os acionistas deliberaram ainda sobre a destinação do resultado remanescente do exercício de 2022 para a rubrica Reserva de Lucros, devido a sua distribuição na forma de dividendos ser incompatível com a situação financeira da Seguradora.		
b) Reservas de Lucros: A Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2023 é composta por R\$ 48.161 referente à Reserva Legal (R\$ 44.991 em 31 de dezembro de 2022), R\$ 116.476 de reserva estatutária de retenção de lucros (R\$ 53.692 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 8.943 de Outras Reservas de Lucros (R\$ 8.943 em 31 de dezembro de 2022). c) Dividendos: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2023, os acionistas deliberaram ainda sobre a destinação do resultado remanescente do exercício de 2022 para a rubrica Reserva de Lucros, devido a sua distribuição na forma de dividendos ser incompatível com a situação financeira da Seguradora.		

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO

As sociedades seguradoras deverão apresentar, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Conforme os termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, o CMR equivale ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
(+) PLA de nível 1	244.229	336.511
(+) PLA de nível 2	84.095	80.073
(+) PLA de nível 3	44.831	33.545
(-) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(1.801)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	373.155	448.328
Capital base	15.000	15.000
Capital de Risco (CR)	310.663	223.634
(+) Capital de risco de subscrição	276.587	194.410
(+) Capital de risco de crédito	50.940	38.287
(+) Capital de risco operacional	2.963	2.753
(+) Capital de risco de mercado	8.666	15.772
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(28.493)	(27.588)
Capital Mínimo Requerido (o maior entre a e b)	310.563	223.634
Suficiência (PLA - CMR)	62.492	224.694
Suficiência % (Suficiência/CMR)	20%	100%

19	DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO	
a) Ramos de atuação: Dos ramos de atuação com os quais a Seguradora opera, o principal é o ramo prestamista, que congrega as coberturas de vida, acidentes pessoais e rendas de eventos aleatórios (cobertura de desemprego), contratos pelos quais os segurados conveniacionam pagar prestações ao estipulante para amortizar dívida contraída ou para atender o compromisso assumido.		
Prêmios emitidos líquidos		
	31/12/2023	31/12/2022
Prestamista	1.500.082	944.538
Vida	88.306	115.247
Auxílio funeral	27.915	48.594
Acidentes pessoais coletivo	30.492	32.833
Eventos aleatórios	3.024	8.691
Outros	8.608	2.842
Total	1.658.427	1.152.745

14	DEPÓSITOS DE TERCEIROS					
Registra os depósitos recebidos pela Seguradora e ainda não identificados. Demonstramos abaixo a composição desses depósitos considerando as datas de recebimento:						
31 de dezembro de 2023						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias
Prêmios e emolumentos	5.065	809	653	307	-	6.834
Outros depósitos	3.884	-	20	1	-	2.907
Total	8.949	809	673	308	-	2.107
31 de dezembro de 2022						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias
Prêmios e emolumentos	1.031	116	-	-	-	211
Outros depósitos	2.858	288	14	32	93	45
Total	3.889	404	14	32	93	256

15 ARRENDAMENTOS

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:		31/12/2023	31/12/2022
Ativos de direito de uso			
Edificações		24.944	28.018
Veículos		1.371	814
Total		26.315	28.832
Passivos de arrendamento			
Edificações		33.729	37.200
Veículos		1.468	854
Total		35.197	38.054
Circulante		7.941	6.506
Não circulante		27.256	31.548

b) Movimentação dos ativos de arrendamentos:		31/12/2022	Entradas	Baixas	Depreciação do período	Atualização Monetária	31/12/2023
Edificações		28.018	-	-	(6.236)	3.162	24.944
Veículos		814	1.293	(125)	(6.111)	-	1.371
Total		28.832	1.293	(125)	(6.947)	3.162	26.315

c) Movimentação dos passivos de arrendamentos:		31/12/2022	Entradas	Pagamentos	Despesas financeiras	Atualização Monetária	31/12/2023
Edificações		37.200	-	(10.154)	3.520	3.163	33.729
Veículos		854	1.293	(917)	238	-	1.468
Total		38.054	1.293	(11.071)	3.758	3.163	35.197

d) Despesas administrativas:	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal próprio	(58.941)	(54.357)
Serviços de terceiros	(88.191)	(58.171)
Honorários de auditoria	(856)	(813)
Localização e funcionamento	(73.201)	(64.627)
Publicidade e propaganda	(5.262)	(6.6



CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ 03.546.261/0001-08

★ continuação



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A.

Opinião: Examinamos as Demonstrações Financeiras da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Mensuração das Provisões técnicas de seguros (Notas 2.12.1, 3.b e 16)

Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora apresenta passivos de contratos de seguro registrados na rubrica "Provisões técnicas - seguros pessoas" das demonstrações financeiras. A mensuração dos montantes registrados nas provisões técnicas envolve julgamento da administração na definição das metodologias e premissas de cálculo, com destaque para a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão de sinistros a liquidar (PSL), que considera, também, os montantes referentes aos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR). Considerando a relevância dos valores e o nível de subjetividade envolvido para a mensuração das provisões técnicas, continuamos a considerar essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização do entendimento e testes de efetividade dos principais controles estabelecidos pela administração para as provisões técnicas de prêmios e sinistros, além do entendimento das premissas e metodologias utilizadas para mensuração das provisões técnicas da Seguradora. Em relação à PSL, testamos a integridade da base de dados de sinistros, analisamos a conciliação das bases de dados com o saldo contábil e verificamos, em base amostral, a existência das documentações dos sinistros avisados e sua correta mensuração, além da inspeção dos pagamentos por meio de comprovantes de liquidações financeiras. Adicionalmente, para os sinistros judiciais, realizamos procedimentos de confirmações dos valores e prognóstico de perda com os advogados externos. Com o apoio de nossos especialistas, realizamos a análise das principais premissas atuariais e metodologias adotadas pela administração para mensuração das provisões técnicas de PPNG-RVNE, IBNR e do ajuste IBNeR e suas correspondentes implementações de acordo com as documentações técnicas pertinentes. Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações dessas provisões técnicas desde o último período auditado. Consideramos que as informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A.
Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas Demonstrações Financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros

Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Existência e mensuração dos ativos garantidores das Provisões técnicas de seguros (Notas 2.4, 5 e 16.c)

Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora possui aplicações financeiras que são mantidas em quotas de fundos de investimento e títulos de renda fixa públicos e privados que são oferecidos em cobertura das provisões técnicas de seguros. As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor das quotas dos fundos de investimento disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos; no caso dos títulos públicos, com base nos preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e, no caso dos títulos privados de renda fixa, a mensuração é obtida, principalmente, por cotação de mercado. Para os títulos de renda fixa sem cotação de mercado, foram utilizados modelos construídos com dados observáveis de mercado.

A existência dos títulos de renda fixa é assegurada por meio de conciliações com as informações dos órgãos custodiantes no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e/ou B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Já para as quotas de fundos de investimento, a administração utiliza os extratos dos fundos investidos, emitidos pelos respectivos administradores. Considerando a relevância dessas aplicações financeiras no contexto das Demonstrações Financeiras da Seguradora, a sua existência e sua mensuração continuaram a ser áreas de foco em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização do entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das aplicações financeiras. Testamos a existência das aplicações financeiras através do confronto das informações da posição de ativos em reserva técnica da Seguradora com os extratos de custódia emitidos pelos respectivos órgãos custodiantes. Adicionalmente, testamos, em base amostral, a existência das movimentações de aplicações, resgates, compras e vendas de ativos financeiros por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras.

Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em quotas dos fundos de investimento com o valor da quota disponibilizado pelo administrador do fundo investido e reexecutamos a valorização dessas aplicações financeiras. Quando apropriado, obtivemos os relatórios de auditoria sobre as últimas Demonstrações Financeiras disponíveis dos fundos investidos relevantes e analisamos se havia alguma modificação nos relatórios dos auditores com impacto relevante nas Demonstrações Financeiras dos fundos de investimento, a fim de avaliar eventual impacto nos registros contábeis desses ativos na Seguradora. Adicionalmente, para os títulos de renda fixa públicos e privados realizamos, em base amostral, a reexecução da valorização com base nos dados observáveis de mercado. Consideramos que as informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as Demonstrações Financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das Demonstrações Financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as Demonstrações Financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as Demonstrações Financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as Demonstrações Financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as Demonstrações Financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

	São Paulo, 27 de fevereiro de 2024
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

	São Paulo, 27 de fevereiro de 2024
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Edifício B32 São Paulo - SP - Brasil - 04538-132 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105	Dinarte Ferreira Bonetti MIBA 2147

